

# Onde o tempo não passou

» ANDRÉ GUSTAVO STUMPF  
Jornalista



O debate da ministra Marina Silva com os senadores, antes e além das questões pessoais ou eventuais grosserias, demonstrou algumas verdades. O governo não se mobilizou para defender sua ministra do Meio Ambiente. Ela foi jogada às feras e ficou só. Os senadores não conseguiram conduzir um questionamento coerente, do que derivaram os ataques pessoais. Por último, a ministra perdeu a oportunidade para expor os motivos pelos quais até hoje não autorizou o asfaltamento da BR-319, a rodovia que liga Manaus a Porto Velho e, por consequência, ao resto do país. Uma boa oportunidade perdida por todos, inclusive pelo governo Lula, que vive na corda bamba. Não consegue defender a ministra nem avançar nas questões ambientais. Fica estacionado no discurso de boas intenções.

Aliás, a esquerda brasileira não percebeu que o tempo passou. Recentemente, no âmbito da disputa interna pela presidência do PT, as palavras de ordem voltaram ao passado: reclamações coléricas contra as taxas de juros, contra a gestão do Banco Central (cujo presidente foi nomeado pelo presidente Lula), a concentração de renda e a especulação imobiliária. O partido precisa de inimigos externos óbvios, capazes de ser explicitados numa palavra de ordem diante da massa. Uma espécie de grito de guerra. Mas o

grupo continua sem demonstrar preocupações com o desenvolvimento nacional, nem fixar metas de um governo razoavelmente organizado. No quesito educação, o pessoal do Ceará deveria apresentar avanços notáveis, mas o governo do PT não entregou nada do prometido. O índice de analfabetismo continua elevado.

Nos anos de governo militar, era relativamente simples fazer oposição ou mobilizar a opinião pública. Bastava denunciar os desvios cometidos pelos generais, falar da absurda dívida externa e da submissão aos bancos estrangeiros e da permanente interferência do Fundo Monetário Internacional (FMI) na vida do país. O Brasil importava todo o petróleo que consumia. Havia um monstro chamado conta-petróleo, que era o custo de manter o país funcionando pelo esforço de importar milhões de barris por dia. O país chegou a adotar racionamento de combustível no governo Geisel. Naturalmente, a inflação atingiu níveis estratosféricos.

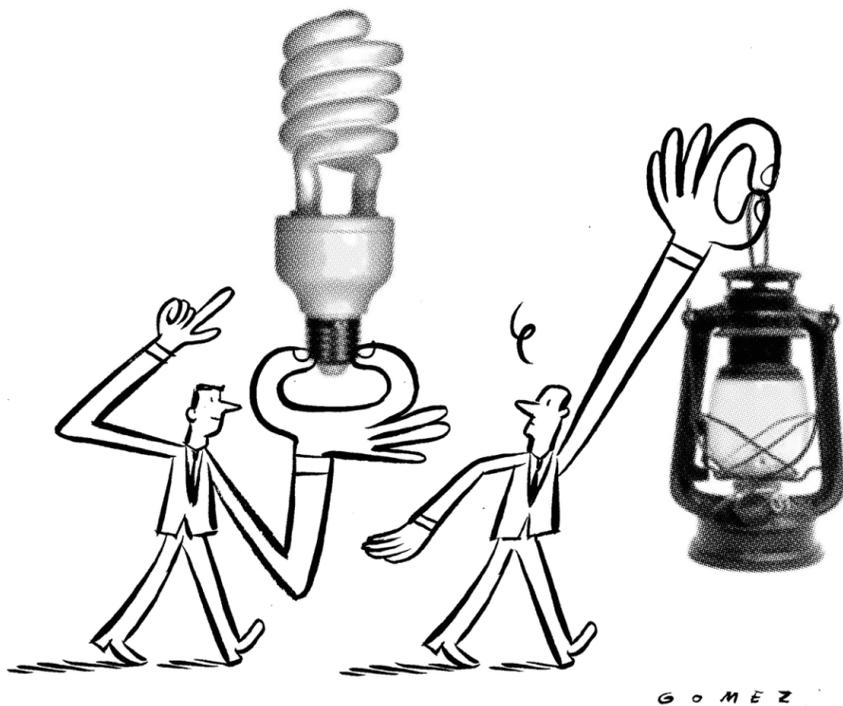
É preciso perceber que o país melhorou em diversos aspectos. A dívida externa desapareceu, a inflação foi contida, o petróleo jorrou na área chamada de pré-sal (hoje o país exporta mais de 1 milhão de barris/dia) e avançou na administração pública por intermédio das reformas promovidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso. O PSDB, curiosamente, desapareceu da política nacional, o que é um sinal gritante de que a política nacional se reduziu ao confronto entre dois extremos. Nenhum deles tem propostas para melhorar a vida brasileira. O governo anterior errou na vacina, na relação com os brasileiros, não soube vencer a eleição e cometeu uma tentativa estabana de golpe de Estado. Seu filhote perambula pelos Estados Unidos correndo o chapéu e pedindo apoio do

governo Trump para interferir na política interna brasileira.

A globalização modificou a maneira de produzir e consumir no mundo ocidental e provocou um espetacular crescimento de países do oriente. A área do Oceano Pacífico passou a ser a região mais rica do planeta. Superou o Atlântico. Os anos sessenta e setenta produziram enormes conglomerados financeiros e industriais, enriqueceram nações antes pobres e fizeram os empregos mudarem de país. A principal consequência no terreno da política foi o surgimento de uma direita violenta, reacionária e agressiva. Donald Trump, que persegue universidades com a mesma violência que expulsa estrangeiros, é o símbolo deste momento.

Aquela esquerda surgida no Brasil após a Assembleia Constituinte perdeu o sentido. A explosão do agronegócio modificou as relações pessoais, trabalhistas e contratuais no campo. O fazendeiro opera em dólar, negocia em bolsas no exterior e compra implementos agrícolas sofisticados. Goiânia, hoje, é a capital brasileira da soja. Cidade rica e bonita. Não é por acaso que o governador de Goiás é candidato à Presidência da República.

Políticos de todos os quilates e ideologias carecem de uma atualização de seus conceitos políticos. Precisam ser contemporâneos de seu tempo, época da comunicação instantânea, de grandes ameaças à terceira guerra mundial, de diplomacia difícil e de um mundo interligado pelos computadores. E da duvidosa facilidade da inteligência artificial. Os brasileiros gostam de progresso. O governo do presidente Lula não entregou o que prometeu. Distribuiu benesses com objetivo de se cacifar para o grande embate da eleição de 2026. Esqueceu suas promessas, inclusive que não iria elevar impostos.



## Um compromisso pela inclusão e igualdade

» PAULO PAIM  
Senador pelo PT-RS



O Senado Federal aprovou, neste mês de maio, o Projeto de Lei nº 1.958, que apresentei em 2021, renovando e ampliando a Lei de Cotas no serviço público federal. A relatoria coube ao senador Humberto Costa, a quem expressei minha gratidão, assim como à minha bancada, em especial ao líder do governo, senador Jaques Wagner, e a todos senadores e senadoras que reafirmaram a iniciativa. Já tendo sido apreciado pela Câmara dos Deputados, o texto segue agora para sanção do presidente Lula.

Esse importante projeto havia sido recentemente aprovado na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado Federal. Quero destacar o papel fundamental desse colegiado, bem como dos ministérios da Igualdade Racial, dos Povos Indígenas, dos Direitos Humanos, da Gestão e Inovação, da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República e do Movimento Negro, que foram pilares para essa vitória.

Vale lembrar que, em 2024, o projeto havia sido aprovado pelo Senado Federal, após intenso debate e construção de um amplo acordo, sendo então encaminhado à Câmara dos Deputados. Como a Câmara fez alterações no texto, ele

retornou ao Senado para nova apreciação. Felizmente, conseguimos retomar a versão original aprovada no Senado, mantendo a revisão de 10 anos e a adoção da banca de confirmação (heteroidentificação). O projeto aumenta a reserva de vagas em concursos para pretos e pardos para 30% e estende essa política para incluir indígenas e quilombolas.

O sistema de cotas no serviço público é uma ferramenta indispensável para as políticas afirmativas. Ele constitui uma medida eficaz no combate à discriminação, ao preconceito e na promoção da igualdade de oportunidades para grupos historicamente marginalizados e desfavorecidos.

O Brasil é um país marcado por profundas desigualdades sociais, e essa luta por justiça e inclusão deve envolver toda a sociedade: brancos, pretos, pardos, indígenas, homens, mulheres, pessoas com deficiência, quilombolas. As cotas no serviço público, instituídas em 2014, abriram caminho para uma sociedade mais igualitária, assegurando que todos os brasileiros tenham acesso a oportunidades e recursos de forma justa.

Destaco, com ênfase, que a Lei de Cotas, no serviço público, é uma das mais relevantes ações afirmativas de inclusão social já implementadas. Ela representa um compromisso inabalável contra a exclusão e a desumanidade que, por séculos, escravizaram, reprimiram e discriminaram nosso povo.

A crueldade que permeou nossa história continua presente de diversas formas na sociedade brasileira, e é nosso dever combatê-la com políticas públicas eficazes e a união de forças.

Buscamos uma cidadania plena, que respeite e acolha nossas diferenças, cores, trajetórias, religiosidades e sonhos. É isso que nos move: a prática do amor que carregamos em nossa essência.

Ao democratizar o acesso ao serviço público, a Lei de Cotas avança na tão necessária reparação histórica. Os direitos humanos são a base dessa luta por justiça, igualdade e fraternidade, que nos une e nos fortalece. Como sobreviventes de um tempo de dores, elevamos nossas vozes para afirmar que estamos aqui, resistimos e seguimos em frente.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram que, na administração direta federal, os negros representavam 37,6% do total em 2020, um aumento significativo em relação a 2000, quando eram 32,0%. Nas autarquias, esse percentual subiu de 25,8% para 33,5% no mesmo período.

Segundo o Sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (SIAPE)/Atlas do Estado Brasileiro, em 2000, a cada 100 novos servidores públicos do Executivo Federal, cerca de 17 eram negros. Em 2020, essa relação alcançou 43 em 100. Esses avanços reforçam a importância da renovação da Lei de Cotas no serviço público para a construção de uma democracia sólida e de uma sociedade mais justa e igualitária.

Ainda há muito por fazer, mas estamos no caminho certo, acreditando na "cor da minha pele, nos lanhos de minha alma, em meus heróis altivos", como disse o poeta Oliveira Silveira. Não podemos desistir dessa luta, dessa visão de um Brasil mais inclusivo e justo, nem desse amor que nos une em busca de um futuro melhor.

Visto, lido e ouvido

Desde 1960

Circe Cunha (interina) // circecunha.df@dabr.com.br



## A dormência moral de um povo: da indignação à apatia

Houve um tempo em que a corrupção, ao vir à tona, ainda provocava náusea. O escândalo, quando exposto, gerava no brasileiro médio um sentimento de tração — como se houvesse sido pessoalmente lesado por um pacto quebrado entre governantes e governados. Em 16 de agosto de 1992, bastou a imprensa revelar um esquema de propinas envolvendo o presidente Fernando Collor para que se assistisse a um espetáculo coletivo de rejeição moral: Collor conclamou que o povo brasileiro se manifestasse a favor de seu mandato e vestisse verde e amarelo. O povo, envergado preto, saiu às ruas em passeata fúnebre pela democracia. O símbolo máximo daquela indignação foi o esvaziamento simbólico do Palácio da Alvorada — móveis retirados e expostos no jardim como um inventário público da queda. Uma imagem poderosa o suficiente para gravar-se no imaginário nacional. A moral ainda era uma força política.

Há algo de profundamente revelador no modo como uma sociedade reage, ou não reage, ao próprio espólio. A história recente do Brasil oferece um contraste gritante entre duas épocas e dois escândalos: de um lado, a comissão nacional provocada por um carro popular — um Fiat Elba — e por uma reforma paisagística na Casa da Dinda; de outro, o silêncio espesso diante do furto sistemático de bilhões de reais do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), o último reduto da esperança para milhões de brasileiros que ainda acreditam envelhecer com dignidade.

Em 1992, Fernando Collor foi derrubado não apenas por seus atos, mas pela capacidade de indignação de um povo que, até então, ainda parecia reconhecer a gravidade simbólica do abuso. A apreensão do Fiat Elba, cuja compra fora vinculada ao tesoureiro de campanha Paulo César Farias, funcionou como um estopim moral. Comparemos esse episódio a outro, recente, cujas proporções financeiras fazem do escândalo Collor um delito pueril: a fraude desvendada pela Operação Sem Desconto, que expôs um rombo de R\$ 6,3 bilhões nos cofres do INSS. Sim, bilhões — com "b". O equivalente a dezenas de milhares de Fiat Elbas, saqueadas com método e precisão ao longo de cinco anos.

O critério de comparação já não serve, pois perdeu sua escala. A régua moral com que se mediam os escândalos do passado tornou-se obsoleta diante da magnitude abissal dos saques recentes. É preciso substituir o referencial: já não estamos lidando com desvios pontuais, mas com uma pilhagem institucionalizada que se equipara à drenagem de ouro perpetrada pela Coroa portuguesa ao longo de três séculos de colonização. A corrupção contemporânea não apenas rivaliza com o saque colonial — ela o atualiza, o automatiza e o blinda sob o verniz da legalidade republicana.

O povo brasileiro, submetido há décadas a uma repetição incessante de escândalos, tornou-se refratário ao espanto. A corrupção deixou de ser a exceção e passou a ser a regra — e como toda regra internalizada, deixou de provocar indignação. O cidadão comum não acredita na eficácia da denúncia, nem na punição dos culpados. A desconfiança não causa revolta, mas apatia.

Esse fenômeno tem nome: dessensibilização moral. É o processo pelo qual a exposição contínua ao escândalo mina a capacidade de julgamento ético. Em contextos de guerra ou de catástrofes humanitárias, esse entorpecimento psíquico costuma ser estudado sob o nome de "fadiga de compaixão". No Brasil, o que se observa é uma "fadiga de indignação": o sujeito já não reage ao grotesco porque aprendeu a conviver com ele. E nisso reside o triunfo dos maus: não na vitória ideológica, mas na exaustão emocional do adversário. O que se vê é uma espécie de coma cívico, uma erosão progressiva da sensibilidade coletiva. O que antes indignava, agora apenas arranca um muxoxo resignado. A corrupção, em sua escala industrial, já não assusta — ela embota. Torna-se paisagem. O brasileiro, educado pela repetição da tragédia, aprendeu a viver entre os escumbros como quem mora ao lado de um lixão: com as janelas fechadas e o nariz acostumado.

É preciso reconhecer que o golpe não é apenas financeiro; é simbólico. Se o confisco das poupanças em 1990 subtraiu da classe média um pedaço de sua autonomia, o assalto ao INSS hoje é mais perverso: rouba dos pobres a promessa do futuro. A aposentadoria, que deveria ser o amparo final de uma vida inteira de trabalho, tornou-se mais um jogo de azar num Estado que já não protege, apenas cobra.

Mas o que se torna verdadeiramente insuportável é o silêncio. A ausência de qualquer consequência política, a continuidade da máquina como se nada houvesse ocorrido, a blindagem dos envolvidos, a indiferença midiática — tudo isso compõe um retrato preciso do Brasil de hoje. Um país onde o escândalo perdeu o escândalo. Onde até a raiva foi domesticada.

### A frase que foi pronunciada:

“Depois de tanto tempo, podemos juntos, desabafar”

Fernando Collor de Mello

### História de Brasília

O mesmo poderá ser feito no W1, no bambolê da Igrejinha, onde quem ajuda as crianças é um motorista de idade, de cabeça branca, que dirige um Impala. Quando ele está no ponto, é quem controla o trânsito para defender as crianças. (Publicada 4/5/1962)